



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Jacqueline Domiense Almeida de Souza¹

Lais Vieira Pinelli²

Miriam de Souza Leão Albuquerque³

Samuel Gabriel Assis⁴

Resumo: O Instituto Federal de Brasília (IFB) é composto por equipes multidisciplinares responsáveis pela Execução da Política de Assistência Estudantil, contando com pedagogas (os), psicólogas (os) e assistentes sociais. Parte significativa dos assistentes sociais que compõe estas equipes são ou já foram supervisores de estágio em Serviço Social, contando com a participação desses estudantes nas atividades realizadas pela equipe multidisciplinar. Os resultados de pesquisa obtidos pela aplicação de questionários e entrevistas indicam dificuldades subjetivas e objetivas que afetam diretamente a dinâmica das equipes mínimas e influenciam diretamente nas potencialidades da inserção desses estagiários em uma equipe multidisciplinar e conseqüentemente na sua formação profissional. Por isso, este artigo ao se aproximar das potencialidades e desafios da relação entre estágio e trabalho multidisciplinar, defende a formação e atuação interdisciplinar dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Instituto Federal de Brasília; Assistência Estudantil; Equipes Multidisciplinares; Supervisão de estágio em Serviço Social.

Abstract: The Federal Institute of Brasília (IFB) is composed of multidisciplinary teams responsible for the Execution of Student Assistance Policy, with pedagogues, psychologists and social workers. A significant part of the social workers that comprise these teams are or have already been supervisors of internship in Social Work, counting on the participation of these students in the activities carried out by the multidisciplinary team. The research results obtained through the application of questionnaires and interviews indicate subjective and objective difficulties that directly affect the dynamics of the minimal teams and directly influence the potential of the insertion of these trainees in a multidisciplinary team and consequently in their professional formation. Therefore, this article, when approaching the potentialities and challenges of the relationship between internship and multidisciplinary work, defends the formation and interdisciplinary work of social workers.

Keywords: Federal Institute of Brasília; Student Assistance; Multidisciplinary Teams; Supervision of internship in Social Work.

Introdução

Este artigo é um desdobramento sobre a temática de assistência estudantil e o trabalho das Equipes Multidisciplinares na Política Educacional, visando identificar os desafios e as limitações na implementação de políticas intersetoriais e no trabalho

¹ Profissional de Serviço Social, Instituto Federal de Brasília, E-mail: laispinelli@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, E-mail: laispinelli@gmail.com.

³ Professor com formação em Serviço Social, Universidade de Brasília, E-mail: laispinelli@gmail.com.

⁴ Profissional de Serviço Social, Instituto Federal de Brasília, E-mail: laispinelli@gmail.com.

multiprofissional na educação. Em específico, nesta pesquisa, procuramos estudar a atuação de equipes multidisciplinares no âmbito da assistência estudantil, tendo como estudo de caso o Instituto Federal de Brasília (IFB) e sua articulação com a prática de estágio obrigatório em serviço social.

Em 2014, foram implementadas no IFB equipes mínimas nas Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAEs), responsáveis pela execução da política de assistência estudantil. Essas equipes são multidisciplinares, compostas por pedagogas (os), psicólogas (os) e assistentes sociais. Parte significativa dos assistentes sociais dessas equipes são ou já foram supervisores de estágio; sendo assim, o estagiário em serviço social participa diretamente das equipes multidisciplinares da assistência estudantil nos institutos federais. Mesmo que o estágio supervisionado em serviço social seja função privativa do assistente social, a inter-relação entre as disciplinas e a interlocução com outras áreas e outros saberes são eixos necessários para a efetivação do que se propõe nas diretrizes curriculares de 1996 da profissão (LEWGOY, 2014).

As técnicas utilizadas para o desenvolvimento do componente de pesquisa foram: revisão bibliográfica, pesquisa e questionários virtuais. O questionário foi estruturado em duas etapas, a primeira com objetivo de identificar a dinâmica das equipes multiprofissionais, sendo destinada a todos os membros da equipe (psicólogas (os), pedagogas (os) e assistentes sociais), e a segunda etapa com perguntas direcionadas ao estágio supervisionado, aplicado apenas as (os) assistentes sociais.^{5 6}

Pensar os processos de trabalho e a formação profissional em pleno século XXI, num contexto de mundialização do capital com fortes transformações no exercício e na formação profissional, é um dos grandes desafios postos ao serviço social na atualidade. Considerou-se, então, necessário conhecer como são estruturados os processos de trabalho destas equipes mínimas. A partir dessas observações e considerando as particularidades do estágio em serviço social, é possível analisar, também, as potencialidades e os desafios da supervisão de estágio nessas equipes multidisciplinares na assistência estudantil.

Para cumprir com seu objetivo, organizamos o desenvolvimento do texto da seguinte maneira: (i) apresentamos brevemente a trajetória da assistência estudantil no IFB contextualizando-a historicamente a partir de suas concepções e finalidades; (ii) com base nos dados levantados, analisamos a dinâmica das equipes multidisciplinares, subsidiando

⁵ Entramos em contato com 13 profissionais que poderiam ter respondido os questionários nos quatro campi selecionados. Tivemos o retorno de 10 profissionais, totalizando 77% de questionários respondidos. Dos 10 questionários obtidos, 5 foram respondidos por Assistentes Sociais, 2 por pedagogas e 3 por psicólogas; na sua totalidade, 9 eram mulheres, identificando a presença quase total do sexo feminino, o que, entre outras razões, justifica o uso prioritário do gênero feminino neste artigo.

⁶ É interessante ressaltar que os dados coletados se tratam de um primeiro estudo, de caráter exploratório. Assim, as análises desenvolvidas são preliminares e introdutórias, considerando também a inexistente produção acadêmica sobre o assunto.

(iii) o terceiro e último tópico, que tem como objetivo identificar as características, as potencialidades e desafios da inserção dos estagiários em Serviço Social nessas equipes.

A trajetória da assistência estudantil no IFB

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, concebe o direito à educação como um direito universal, dever do Estado e da família, articulado ao princípio elencado no artigo 206 de que o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de acesso e permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reitera esta premissa ao localizar a educação como um dos pilares básicos na formação do indivíduo e de sua cidadania, pautada na universalização do atendimento e baseada, entre outros princípios, na democratização do acesso e permanência.

Diante destas disposições legais e do recente cenário de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que originou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁷ e os integrou à longa trajetória da educação profissional brasileira, tem-se por projeto institucional viabilizar o direito ao acesso e à permanência do estudante

A política de assistência estudantil é compreendida, neste artigo, como elemento fundamental para este processo de inclusão social via educação. Apesar de estas transformações trazerem consigo uma anunciada “democratização” do ensino, no cenário de desigualdades econômicas e sociais latente no espaço escolar, tem-se um conjunto de manifestações, traduzidas em fenômenos como pobreza, falta de acesso a serviços sociais, insuficiente desempenho acadêmico, evasão e fracasso escolar, que acirra tensões por respostas no âmbito educacional. É necessário criar políticas, programas e ações para atender às demandas deste perfil de educandos.

Neste contexto criou-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem por objetivos a democratização das condições de permanência; a redução dos efeitos das desigualdades sociais e regionais no fator permanência e conclusão do ensino; a redução nas taxas de retenção e evasão; e a contribuição, por meio da educação, para a promoção da inclusão social (BRASIL, 2010).

Para tal, a RFEPCT considerou, na implantação da política de assistência estudantil, a necessidade da inserção de profissionais com capacidade de observação e leitura da realidade, a partir de uma postura ética em defesa dos direitos humanos e de uma formação

⁷ A este respeito ver Silva (2009).

contínua que requer a apreensão de um conjunto de saberes que permitam o conhecimento da realidade socioeconômica familiar e de habilidades técnico-profissionais para o atendimento comprometido com os usuários. Com isso, abre-se um espaço socio-ocupacional para os profissionais de serviço social, tendo em vista sua possibilidade de intervenção qualificada na realidade.

Diante desta conjuntura, em 21 de dezembro de 2011, aprovou-se, via Conselho Superior – órgão máximo –, a primeira Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFB, na forma da Resolução 26/2011. Assim, conforme seu artigo 1º, deu-se início à implantação de ações com vistas ao acesso, à permanência e ao êxito estudantil.

Pela própria descrição dos programas e de acordo com o PNAES, bem como pelo trato das condições de retenção e evasão decorrentes de condições de vulnerabilidade socioeconômica, observa-se que há apoio financeiro para o atendimento dos estudantes que vivenciam os efeitos das desigualdades econômicas de acesso e permanência na educação. Contudo, o PNAES também previu desde sua concepção, aliado ao suporte financeiro, um suporte ao discente nas suas necessidades biopsicossociais, de modo que, para a implementação das ações, ressaltava-se a necessidade de trabalho integrado de profissionais de diferentes áreas, tais quais serviço social, psicologia, enfermagem, educação e as demais necessárias para o alcance de estratégias de permanência.

Apesar desta concepção de “trabalho integrado”, o panorama inicial da assistência estudantil não permitia sua execução: não havia uma equipe, nesta fase de implementação dos *campi*, que viabilizasse este atendimento integral do estudante. No entanto, para construir uma perspectiva de assistência estudantil garantidora de direito, faz-se necessário, de fato, considerar o atendimento dos estudantes na integralidade das suas necessidades humanas. (SOUZA, 2012)

Equipes multiprofissionais no IFB: análises a partir do exercício profissional

Em 2014, reformulou-se a PAE do IFB, pela aprovação da Resolução 14/2014/CS/IFB, de 30 de maio, com ampla participação da comunidade acadêmica – discentes, técnicos administrativos e docentes. Esta teve por princípio inovador resgatar a urgência de constituição de uma equipe mínima,⁸ anunciada na política de 2011, de modo a dar suporte às necessidades humanas de acolhimento sociofamiliar e emocional, visando ao bem-estar do estudante para o desenvolvimento do seu processo de ensino-aprendizagem.

⁸ Conforme disposto no seu parágrafo 1º, “a composição da equipe mínima deverá ser feita no prazo máximo de um ano” (IFB, 2014, p. 5).

A construção de uma equipe multiprofissional para efetivar a PAE supõe que a instituição reconhece o caráter multidisciplinar e intersetorial da política, bem como a necessidade de diferentes áreas de conhecimento na intervenção com os estudantes. Entretanto, ao analisarmos o documento que estrutura as diretrizes e os princípios da PAE, observamos que, apesar de existirem orientações sobre função e competências de cada profissão, não há qualquer disposição que indique diretamente o funcionamento e a dinâmica das equipes mínimas, como equipes multidisciplinares que visam agir conjuntamente na concretização dos objetivos estabelecidos pela política.⁹

Partindo dessa constatação, elaboramos questionário com perguntas abertas e fechadas para identificar como se estruturam os processos de trabalho das equipes mínimas, seus desafios e suas potencialidades; e, com base na análise desses dados, subsidiar o debate da supervisão de estágio nas equipes multidisciplinares do IFB. As perguntas foram elaboradas e analisadas considerando alguns pressupostos: (i) entendemos trabalho como categoria fundante do ser social, enquanto atividade humana de transformação do meio e de si mesmo a partir de finalidades para responder determinadas necessidades; (ii) qualquer processo de trabalho é desenvolvido a partir das relações sociais, o que requer mediações complexas, como ideologia, consciência e teoria. Isso se expressa nas especializações do trabalho – como no serviço social, na psicologia ou na pedagogia –, que pode se caracterizar em diferentes concepções e estratégias de ações de acordo com a trajetória de cada profissão; (iii) na atualidade, qualquer processo de trabalho, incluindo o trabalho conjunto da equipe mínima, não pode ser analisado sem considerar as contradições entre capital e trabalho.

Considerando esses pontos, foram elaboradas tanto perguntas sobre os processos de trabalho e sua instrumentalidade realizados conjuntamente quanto as concepções das respondentes sobre assistência estudantil e equipe multiprofissional, partindo do pressuposto de que as percepções das diferentes áreas de conhecimento e das próprias profissionais são fatores decisivos para a construção do trabalho em conjunto.

Para construir esse debate, usufruímos de uma estratégia de análise semelhante ao que é proposto por Pereira (2014), que apresenta o contraste entre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. O conceito de interdisciplinaridade foi se estruturando como tentativa de superar uma carência no campo do conhecimento causada pela tendência de fragmentação das ciências. A partir de uma análise dialética, ou seja, em oposição à visão positivista da ciência, a interdisciplinaridade concebe-se como “unidade de saberes

⁹Apesar de não haver orientações sobre a dinâmica dessas equipes, reconhecemos que o Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico (PROASPEP), presente na PAE, expõe de maneira mais clara a articulação entre essas três profissões. O programa visa proporcionar atendimento social, pedagógico e psicológico com o objetivo de contribuir com a permanência do estudante, promovendo ações de acolhimento, prevenção e atendimento desses alunos.

diversos”, “vínculo orgânico entre disciplinas”, significando reciprocidade e dependência mútua, sem anulação das disciplinas relacionadas.

Já a multidisciplinaridade consiste em um conjunto de disciplinas ou ramos especializados de saberes que se agregam em torno de um tema, uma problemática ou um objetivo, mas que não se interpenetram. Isso significa que há contribuição de saberes por “empréstimo”, sem modificação ou enriquecimento nas disciplinas envolvidas. Sendo assim, não há necessidade obrigatória de “trabalho de equipe e coordenado”, resultando em intervenções “sob diferentes ângulos, mas sem que antes tenha havido um acordo prévio sobre métodos a seguir ou sobre conceitos a serem utilizados” (PEREIRA, 2014, p.9-13).

A partir da análise dos dados, identificamos que, apesar de observarem pouco domínio conceitual, das dez respondentes ao questionário, nove conceberam que seu trabalho nas equipes mínimas se caracterizava como multidisciplinar.

As potencialidades das equipes apresentadas nos questionários também foram norteadas por essa concepção, destacando a diversidade de “olhares” em razão das áreas de conhecimento e da possibilidade de oferecer atendimentos que reconhecem a integralidade dos sujeitos, sem realizar mediações sobre os limites dessas abordagens.

Nota-se que as limitações das equipes multidisciplinares apontadas por Pereira (2014) com base em Japiassu (1978) – destacando a ausência de trabalho coordenado em equipe e de acordos prévios sobre concepções e métodos a serem seguidos – se expressam nos questionários, no que se refere tanto às dificuldades quanto às estratégias que poderiam ser adotadas para a concretização das equipes mínimas.

As respondentes ao questionário mencionaram a dificuldade ou ausência de comunicação entre os membros da equipe, que se estrutura por razões objetivas e subjetivas, como horários incompatíveis, questões interpessoais e desconhecimento sobre as particularidades de cada profissão. Como consequência, observou-se falta de fluxos de trabalho pré-estabelecidos entre os membros da equipe – por exemplo, apesar de fazerem reuniões, eles não têm uma periodicidade combinada na maioria dos casos. Não obstante, essas equipes utilizam instrumentais de trabalho conjunto: reuniões, pareceres, estudos socioeconômicos, estudos de caso, visitas domiciliares, entre outros citados.

Segundo Sarmiento (2012), os instrumentos de trabalho potencializam a intencionalidade teórico-política do profissional para efetivação da ação, e as técnicas se constituem na maneira como ele conduz suas ações ou objetiva suas intencionalidades. Conseqüentemente, a falta de elementos constitutivos do processo de trabalho poderá impactar a execução cotidiana de uma intervenção que se pretende multidisciplinar. Em resposta a essas questões, reconheceu-se a necessidade de construir processos de trabalho mais sistematizados e superar aspectos que refletem processos de precarização do

trabalho e dos serviços, como desvios de função, e adotar cuidados com a saúde do trabalhador que afetam diretamente a dinâmica objetiva e subjetiva entre os membros da equipe.

Apontou-se também ausência de orientação (externa ou da própria instituição) ou informação que idealize ou projete o dinamismo das equipes, sem referência a processos de trabalho. Nesse sentido, é interessante ressaltar que percebemos escassa produção bibliográfica sobre a temática, em particular sobre o trabalho de equipes multiprofissionais na assistência estudantil. Considerando essas limitações, houve sugestões de qualificar os membros das equipes para o trabalho multiprofissional, já que provavelmente eles não tiveram contato com esse conteúdo em sua formação.

Também foram apresentadas questões estruturais relacionadas aos limites do modelo de políticas sociais que se refletem na instituição e no modelo de oferta dos serviços e programas, destacando-se a exigência de respostas mais pontuais que impossibilitam desenvolver abordagens preventivas e/ou multidisciplinares de fato. Desse modo, as atividades planejadas acabam absorvidas pelas demandas institucionais, pelo “tarefismo”. Nesse sentido, é importante ressaltar as influências neoliberais nas políticas sociais, que se aplicam também ao contexto da assistência estudantil, em especial as tendências gerencialistas com foco na eficiência e em práticas tecnicistas, ignorando ou inibindo ações cujos resultados não sejam tão palpáveis. Essas tendências irão afetar o modo como a instituição estrutura e oferta os serviços e conseqüentemente os processos de trabalho dos profissionais. Sendo assim, acredita-se que a tendência de respostas focalizadas, pontuais e palpáveis dificulta ou inibe a construção de processos de trabalho mais sistematizado com os profissionais.

No que se refere à ausência de conceitos ou métodos previamente acordados, podemos comentar sobre a concepção de assistência estudantil das respondentes ao questionário. Parte significativa apresentou a PAE como direito social que viabiliza a permanência e o êxito dos estudantes, mesmo que algumas falas tenham exibido uma compreensão focalista¹⁰ por reconhecer os critérios da vulnerabilidade social ou por restringir a assistência estudantil a assistência monetária. Isso nos leva à hipótese de que não existe uma compreensão pré-estabelecida da assistência estudantil – pelo menos, não de maneira que aponte suas particularidades, com exceção de conceitos polissêmicos que podem adotar diferentes abordagens de intervenção.

¹⁰ Entendemos por focalização a tendência das políticas sociais de direcionar seus serviços apenas àqueles em situação de extrema pobreza, em oposição à defesa da universalização dos serviços.

A partir destas análises, pretendemos identificar como os elementos anteriormente apresentados afetam a supervisão de estágio em serviço social. A partir disso, desdobraremos as potencialidades dessa relação para a construção de ambas as partes.

A supervisão de estágio em serviço social nas equipes multidisciplinares do IFB

Analisar o estágio em serviço social nas equipes multidisciplinares do IFB é interessante principalmente considerando que o princípio interdisciplinar no processo de supervisão de estágio defendido pela categoria, reconhece a importância do trabalho interdisciplinar na formação desses estagiários, sendo as equipes mínimas do IFB espaço privilegiado para esse aprendizado. Entretanto, como abordado anteriormente, a construção de uma equipe interdisciplinar tem demonstrado desafios, que acreditamos refletir diretamente na supervisão de estágio.

Para compreender os desafios e as possibilidades enfrentados no cotidiano dos supervisores de campo nas equipes multiprofissionais requer, inicialmente, nos debruçarmos sobre alguns pontos essenciais: (i) Reconhecer o estágio em serviço social como eixo central da formação profissional é reconhecê-lo conforme preconizado nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como atividade currículo obrigatória que visando capacitar para o exercício profissional necessita de supervisão sistemática, sendo esta supervisão atribuição privativa do assistente social, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8.662/93 ; (ii) Consideramos que, para alcançar o objetivo de uma formação profissional qualificada, a supervisão de estágio supõe o binômio unívoco da teoria-prática, sendo parte integrante da prática alicerçada à luz da teoria (BURIOLLA, 2011). Desse modo, a supervisão de estágio em serviço social proporciona a relação que perpassa o fluxo do singular ao universal, particularizando a intervenção do serviço social no âmbito de uma equipe multiprofissional, numa dinâmica de reciprocidade com o todo (LEWGOY, 2014); (iii) Neste debate é necessário situar o serviço social na divisão sociotécnica do trabalho, fruto do trabalho coletivo e com característica interventiva; e que na atual conjuntura capitalista, é necessário analisar o assistente social enquanto trabalhador assalariado e especializado, inserido nos processos de produção e reprodução das relações sociais; ou seja, ele determina e é determinado pelas transformações socio-históricas (IAMAMOTO, 2006)

Considerando tais particularidades do estágio em serviço social, o questionário foi desenvolvido com o objetivo de identificar a dinâmica dos estagiários em articulação com as equipes multiprofissionais.

Um dos pontos discutidos foram as motivações dos assistentes sociais em supervisionar estágio. Identificamos depoimentos de motivações para a supervisão, independente de contrapartidas destacando que receber estagiários favorece a “oxigenação” da prática, uma vez que a supervisão de estágio deve ser realizada de forma articulada entre supervisor de campo e supervisor acadêmico.

De fato, as respondentes ao questionário registraram, de forma contundente, que a abertura de vaga de estágio é algo que afeta positivamente o cotidiano, na medida em que atinge a dinâmica de trabalho, potencializa a correlação de forças dentro da instituição, fortalece o projeto ético político, e principalmente, favorece a atualização, reflexão e discussão dialética sobre a profissão. Desta forma, foi possível identificar que a parceria entre campo profissional e instituições de ensino é ponto de motivação para as profissionais respondentes ao questionário, reconhecendo a unidade entre teoria e prática – debate tão caro para o serviço social.¹¹

Sobre a quantidade de horas destinadas à supervisão no cotidiano profissional, observamos a média de 8 ou mais horas semanais, mas algumas profissionais ressaltaram que supervisionar o estudante é algo que demanda esforços cotidianos e por todo o período em que o aluno se encontra no espaço socio-ocupacional. Esses esforços cotidianos para supervisionar o estagiário demonstram prioridade com a formação e apropriação das responsabilidades e competências de cada sujeito envolvido.

Quando indagamos o que representa supervisionar estágio dentro do processo de trabalho, observamos dificuldades em estabelecer uma definição de metodologia para o acompanhamento do estagiário, correlatas ao processo de ensino-aprendizagem.

A análise dos questionários sinalizou também que existe uma necessidade de definir previamente o que é monitorar e avaliar o estudante em campo, como também de estabelecer, nos processos, alguns instrumentais que cumpram essa função. A questão sobre como era realizado o monitoramento das atividades desenvolvidas pelos estudantes suscitou respostas diversas e distanciadas do que significa um monitoramento:

Quanto à avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes, as respostas foram diversas, refletindo que não há definição de uma metodologia, ou significado. Entretanto, o processo de avaliação mais sistematizado apareceu na resposta à pergunta sobre estratégias com os supervisores acadêmicos, responsáveis pelos estudantes, que não são cotidianas, ficando fixas ao início e ao fim do estágio.

Visualizamos assim as potencialidades do campo de estágio tanto na formação qualificada desse estudante quanto no fortalecimento da própria categoria, por via da “oxigenação” da prática. Em uma segunda análise, é possível apresentar as

¹¹ Sobre esse tema, ver Santos (2012).

potencialidades, assim como as limitações, da inserção desses estagiários nas equipes multidisciplinares, considerando tanto a experiência cotidiana – que não poderia ser vivenciada em outros campos – quanto o fortalecimento da concepção da interdisciplinaridade como princípio norteador da supervisão de estágio.

Com base no que foi observado nos dados, não é possível ignorar as limitações objetivas e subjetivas da dinâmica das equipes mínimas no IFB e da supervisão de estágio. Não se pretende aqui – pelas próprias limitações dos dados e pelo caráter exploratório da pesquisa – propor uma solução para essas condições, mas considera-se crucial o reconhecimento de que, primeiramente, há desafios para a consolidação das equipes mínimas como multidisciplinares. Ainda assim, tais equipes têm potencialidades, e talvez sejam a melhor abordagem para a efetivação dos objetivos da assistência estudantil enquanto política intersetorial.

O segundo ponto é que, mediante esses desafios, os estagiários em serviço social não estão sendo capacitados para uma concretização do princípio da interdisciplinaridade defendido pela categoria, que é essencial tanto para a formação do estudante quanto para seu futuro exercício profissional. Com objetivos propositivos, podemos afirmar, sinteticamente, que o aprendizado dos estagiários inseridos na PAE poderia ser potencializado pela construção de uma relação de fato interdisciplinar das equipes mínimas, que, pelas diversas razões expostas acima, tem se mostrado um desafio.

Considerações finais

Desejamos que este artigo possa servir aos leitores para reflexões e debates dos limites e potencialidades de trabalho em equipes multidisciplinares, objetivando à qualificação da formação e do trabalho profissional na política de assistência estudantil, que preze por uma formação acadêmica em serviço social capaz de fortalecer uma perspectiva de trabalho interdisciplinar como mecanismo de concretização de direitos.

Lócus privilegiado de investigação deste componente da pesquisa, o IFB retrata os dilemas de composição de um trabalho em equipe, tendo em vista a sua recente criação. Como uma instituição muito nova, esse Instituto ainda se encontra em fase de implementação dos seus processos de trabalho, construindo concepções acerca de um conjunto de temas; entre eles, a assistência estudantil e a própria dinâmica de trabalho em equipe. Por isso mesmo, torna-se um espaço frutífero para campo de estágio, por possibilitar ao estagiário acompanhar a construção de um trabalho. Além disso, é de progressivo interesse de pesquisa, por sinalizar onde está o potencial de mudança para a

constituição de um espaço educacional que cumpra a missão de fornecer educação para todos.

Sendo assim, pensar os Institutos Federais como espaço socio-ocupacional de atuação do assistente social é também empreender esforços para que se formem estudantes em serviço social atentos para demandas que não se encerram em práticas mecânicas de concessão de auxílios, como a ordem vigente assim deseja instituir, mas alcançam um campo de mediações que permita compreender o estudante como ser social que compõe uma totalidade dinâmica e apresenta necessidades psicossociais que influem no processo ensino-aprendizagem.

Por isto, a defesa de uma perspectiva interdisciplinar na formação do estudante de serviço social, bem como a apreensão desta perspectiva no profissional já em seu espaço de trabalho, vem em um sentido de concretização de direitos nas diferentes políticas sociais. Além disso, corrobora o entendimento de que, ao conceber a intersectorialidade destas políticas, potencializa-se um sentido de profissão que se gesta no trabalho coletivo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes para o curso de serviço social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. *Temporalis*, Brasília, ano 9, n. 17, p. 162-202, jan. 2009.

_____, ABEPSS, Política Nacional de Estágio- PNE – ABEPSS, 2010.

Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 09 de agosto de 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. *Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução Conselho Federal de Serviço Social nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. In: CFESS. *Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social*. Brasília, 2011. p. 123-132.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológica no serviço social contemporâneo. In: *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB). Conselho Superior. *Política de Assistência Estudantil*: Resolução nº 26, de 21 de dezembro de 2011. Disponível em:

<http://www.ifb.edu.br/attachments/2321_Resolu%C3%A7%C3%A3o

[o%20RIFB_026_2011_Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/2321_Resolu%C3%A7%C3%A3o_026_2011_Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.

_____, *Política de Assistência Estudantil*: Resolução nº 14, de 30 de maio de 2014. Disponível em:

<[http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/Resolu%C3%A7%C3%A3o_](http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/Resolu%C3%A7%C3%A3o_014_Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20e%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20do%20IFB.pdf)

[014_Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20e%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20do%20IFB.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/Resolu%C3%A7%C3%A3o_014_Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20e%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20do%20IFB.pdf)>. Acesso em: 09 de Agosto de 2017.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. A política de estágio supervisionado em serviço social: instrumentos político-pedagógicos na formação profissional. In: LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sergio Antonio (orgs.). *Supervisão em serviço social: uma perspectiva de formação permanente*. Porto Alegre: Prorext/UFRGS, 2014. p. 41-52.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, Giselle L.; ALMEIDA, Ney L. T.; SOUZA, Rosimary G. S. *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 23-39.

SANTOS, Claudia M. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: Cláudia Mônica dos Santos; Sheila Backx; Yolanda Guerra. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 1ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2012, v. 1, p. 103-120.

SILVA, Caetana Juracy Resende. *Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões*. (Org). Brasília: Editora IFRN, 2009.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. *Na travessia: assistência estudantil na educação profissional. As interfaces das políticas de assistência social e educação*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.